



MALKA Y NEGRI

advogados

CLIPPING COVID-19

Informativo nº 045

04 de maio de 2020

Manhã

SITE / ÓRGÃO	ATOS	RESUMO
TJRJ	<p>Notícia - Vara de Família de S. J. de Meriti usa plataforma do CNJ em audiência por videoconferência. Disponibilizada em 30.04.2020</p>	<p>A 1ª Vara de Família da Comarca de São João de Meriti promoveu nesta quarta-feira (29/4) a primeira audiência por videoconferência de uma Vara de Família do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro utilizando a plataforma Cisco/Webex, disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça. A iniciativa faz parte do empenho do Judiciário fluminense de não interromper o atendimento à população durante o período de distanciamento social em razão da pandemia do novo coronavírus, causador da doença Covid-19.</p>
	<p>Notícia - Violência doméstica: registro de ocorrência e pedidos de medidas protetivas serão feitos on-line. disponibilizada em 30.04.2020</p>	<p>Mulheres vítimas de violência doméstica poderão, em breve, fazer registro de ocorrência policial on-line para pedir medidas protetivas. A solicitação foi feita à Polícia Civil fluminense pela desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro Suely Lopes Magalhães, presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Coem).</p>
ERJ	<p>Lei 8.797 de 30.04.2020, publicada em 04.05.2020</p>	<p>Autoriza o poder executivo a criar plano de risco e resposta rápida, para atuar no monitoramento do coronavírus nos profissionais de saúde que atuam nas unidades de saúde do Estado do Rio de Janeiro.</p>
	<p>Lei 8.798 de 30.04.2020, publicada em 04.05.2020</p>	<p>Autoriza a isenção das tarifas no transporte intermunicipal coletivo de passageiros por ônibus e ferroviário, metroviário e aquaviário para os servidores públicos da área de saúde no Estado do Rio de Janeiro.</p>
	<p>Lei 8.799 de 30.04.2020, publicada em 04.05.2020</p>	<p>Dispõe sobre a prestação do serviço de entrega em domicílio durante o período de calamidade pública no Estado do Rio de Janeiro.</p>

	Lei 8.800 de 30.04.2020 , publicada em 04.05.2020	Obriga as empresas concessionárias de transporte público a disponibilizar álcool gel nas estações e composições para contenção do coronavírus.
	Lei 8.801 de 30.04.2020 , publicada em 04.05.2020	Fica determinado no âmbito do Estado do Rio de Janeiro que as concessionárias de transportes público, realizem diariamente desinfecção e limpeza de seus veículos para contenção do coronavírus.
	Resolução SEFAZ 144 de 29.04.2020 , publicada em 04.05.2020	Autoriza a realização de sessões de julgamento por videoconferência no âmbito do contencioso administrativo tributário fluminense.
	Resolução SEFAZ 145 de 29.04.2020 , publicada em 04.05.2020	Autoriza a realização de sorteio das turmas de julgamento da junta de revisão fiscal por videoconferência.
	Resolução Conjunta SEDEER SETRANS 13 de 29.04.2020 , publicada em 04.05.2020	Regulamenta as operações de transporte intermunicipal de passageiros durante o estado de calamidade pública do Estado do Rio de Janeiro.
	Notícia - Mutirão do Detran.RJ emitiu mais de 600 documentos durante o feriado . disponibilizad a em 04.05.2020	Atento às necessidades da população durante o período de contingenciamento, o Detran.RJ promoveu nos dias 1/05, 2 e 3 um mutirão na sede do departamento, no Centro do Rio, e emitiu carteiras de identidade para 619 pessoas que precisavam do documento com urgência para benefícios dos governos, como FGTS, auxílio emergencial de R\$ 600,00 e retirada de remédios gratuitos. O serviço já vinha sendo realizado em casos emergenciais, mas, devido à grande procura, o órgão abriu as portas no feriado

		prolongado para atender quem necessitava da identidade para os auxílios dos governos.
Notícia - Defesa Civil do Estado cria manual de medidas de higienização para o transporte de cargas. disponibilizada em 02.05.2020		A demanda no setor de transporte de carga para suprimentos médicos e domiciliares, alimentos, material de higiene e de limpeza aumentou em tempos de pandemia. Para garantir que essa atividade seja segura para todos os envolvidos (empresas e clientes), a Secretaria de Estado de Defesa Civil (Sedec-RJ), por meio do Instituto Científico e Tecnológico (ICTDEC), estabeleceu um conjunto de recomendações relativas à higienização para manuseio e transporte de carga como uma das medidas de prevenção e controle da Covid-19. As orientações deram origem ao manual “Medidas de Higienização para Transporte de Carga no Estado do Rio de Janeiro”.
Notícia - Agricultura lança campanha para incentivar o consumo de flores no Rio. disponibilizada em 03.05.2020		A Secretaria de Estado de Agricultura lança, no mês de maio, uma campanha para incentivar o consumo de flores. A floricultura é um ramo do agronegócio que vem crescendo a cada ano e o Rio é o segundo maior produtor do país, com uma produção anual de 560 milhões de flores. Mais que uma cadeia produtiva, as flores melhoram a qualidade do ar e influenciam diretamente na qualidade de vida das pessoas, em especial nesse momento de distanciamento social.
Notícia - Justiça do Rio acolhe manifestação da PGE-RJ e rejeita pedido de suspensão dos pagamentos de ICMS. disponibilizada em 02.05.2020		A CRH Sudeste Indústria de Cimento S.A, de um grupo multinacional presente nos principais polos industriais do mundo, tentou suspender judicialmente os pagamentos de ICMS para o Estado do Rio de Janeiro, durante a pandemia do novo coronavírus – apesar de o imposto já estar embutido no preço pago pelos consumidores. Diante do precedente, que poderia agravar a falta de recursos nesse momento de crise, a Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ) atuou em juízo e conseguiu que o pedido fosse integralmente rejeitado.
Notícia - Programa estadual de crédito emergencial para micro e		O Governo do Rio de Janeiro realizou as primeiras contratações do Programa Estadual de Crédito Emergencial, da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (AgeRio), para auxiliar micro, pequenas e médias empresas impactadas pela pandemia do novo

	<p>pequenas empresas realiza primeiras operações. disponibilizada em 01.05.2020</p>	<p>coronavírus. No total, foram mais de 115 contratações, somando recursos de cerca de R\$ 17 milhões.</p>
	<p>Notícia - Secretaria de Trabalho auxilia trabalhadores durante período de distanciamento. disponibilizada em 01.05.2020</p>	<p>O 1 de Maio deste ano tem um significado ainda importante para milhares de trabalhadores que estão lutando para ter direitos e auxílios preservados em meio à crise mundial causada pelo novo coronavírus. Para auxiliar os fluminenses, a Secretaria de Trabalho e Renda tem atendido pessoas que necessitam de seguro-desemprego neste período de isolamento social. A pasta estadual auxiliou cerca de 42 mil pessoas a receber o benefício oferecido pelo governo federal.</p>
OAB	<p>Notícia - Seccional organiza força-tarefa para auxiliar advocacia na retomada dos prazos e cria novos canais para denúncias. disponibilizada em 04.05.2020</p>	<p>Preocupada com possíveis transtornos advindos da retomada dos prazos dos processos eletrônicos, marcada para esta segunda-feira, dia 4, a OABRJ organizou uma força-tarefa em auxílio à advocacia. Além de preparar uma estrutura para receber reclamações e orientar a classe, a Ordem pretende dar atenção especial aos colegas que enfrentarem impossibilidades práticas ou técnicas para peticionar ou participar de julgamentos e audiências por videoconferência.</p>
	<p>Notícia - OABRJ vai ao CNJ por mudanças nas regras para retomada dos prazos processuais e adiamento de videoconferên</p>	<p>A Seccional ajuizou no último sábado, dia 2, um Procedimento de Controle Administrativo (PCA) junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra os atos que tratam da retomada dos prazos processuais por meio eletrônico nos tribunais de Justiça (TJRJ), Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1) e Regional Federal da 2ª Região (TRF2). No documento, a Ordem requer que, durante a pandemia da Covid-19, a fluência dos prazos ocorra somente após a manifestação nesse sentido dos advogados de ambas as partes, bem como</p>

	<p>cias. disponibilizad a em 04.05.2020</p>	<p>pede o adiamento da realização de videoconferências como regra.</p>
CNJ	<p>Notícia - CNJ, ONU e tribunais discutirão Covid-19 e privação de liberdade. disponibilizad a em 03.05.2020</p>	<p>O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizará, na próxima semana, em parceria com agências da Organização das Nações Unidas, uma série de reuniões virtuais com magistrados da área carcerária e do sistema socioeducativo do Judiciário nacional. Os representantes dos tribunais discutirão ações coordenadas para um posicionamento efetivo e uniforme do Judiciário diante do desafio do novo coronavírus para o sistema prisional e socioeducativo. Nas últimas semanas, houve uma escalada de casos registrados – de 1 a 107 em 20 dias, com sete mortes – sendo que apenas 0,1% da população carcerária foi testada para o vírus. O sistema socioeducativo não tem informações sistematizadas em escala nacional, mas relatos apontam o avanço do vírus. A primeira reunião ocorre nesta segunda-feira (4/5).</p>
CONJUR	<p>Notícia - Divergências entre normas estaduais e municipais revelam novo atrito federativo. disponibilizad a em 04.05.2020</p>	<p>Em vários estados, tribunais de Justiça começam agora a apreciar se legislações municipais que contrariam decretos estaduais podem ou não ser admitidas.</p> <p>Em geral, as cortes estaduais estão solucionando a questão afastando as normas municipais. A reportagem apresenta um levantamento sobre as principais decisões a respeito.</p>
	<p>Notícia - Juiz extingue ação contra empresa porque ela já adota medidas preventivas. disponibilizad a em 03.05.2020</p>	<p>O juiz Erno Blume, da 4ª Vara do Trabalho de Criciúma (SC), julgou improcedente ação contra a JBS, que, segundo a inicial, supostamente não estava adotando medidas para evitar o contágio dos funcionários ao coronavírus. A ação civil pública foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Criciúma (SC).</p>

	<p>Notícia - TRF-5 determina que Caixa adote medidas para organizar filas. disponibilizada em 03.05.2020</p>	<p>Atendendo a recurso apresentado pela Procuradoria Geral de Pernambuco, o presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, desembargador Vladimir Carvalho, determinou, nesta sexta-feira (1º/5), que Caixa Econômica Federal adote uma série de medidas para organizar o atendimento em suas agências no sentido de evitar aglomeração e colocar em risco a saúde dos que precisam sacar benefícios e auxílios emergenciais.</p>
	<p>Notícia - Empresa consegue suspender exigências de plano de recuperação judicial. disponibilizada em 02.05.2020</p>	<p>O juiz Paulo Henrique Stahlberg Natal, da 2ª Vara Cível do Foro de Santa Bárbara D'Oeste, acatou o pedido da empresa Textil Canatiba e suspendeu a exigibilidade do cumprimento de todas as obrigações do plano de recuperação judicial da empresa por quatro meses.</p>
	<p>Notícia - Juiz de São Paulo reduz em 80% valor de aluguel, por 90 dias. disponibilizada em 01.05.2020</p>	<p>Em virtude da edição de decretos pelo município e estado de São Paulo — que determinaram a suspensão das atividades de atividades consideradas não essenciais — o juiz Carlos Bortoletto Schmitt Corrêa, da 2ª Vara Cível do Foro Regional da Lapa, na capital paulista, determinou desconto de 80% no valor mensal de aluguel, por 90 dias.</p>
	<p>Notícia - TJ-SP mantém liminar que obriga município a seguir medidas de emergência. disponibilizada em 01.05.2020</p>	<p>O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco, manteve liminar que obriga o município de Sertãozinho a cumprir medidas estabelecidas pelo Decreto Estadual 64.881/20, que institui quarentena em São Paulo em decorrência da epidemia do novo coronavírus.</p>
	<p>Notícia - Desembargador nega</p>	<p>O desembargador Carlos Caníbal, da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, negou pedido de liminar, em mandado de segurança, da Igreja</p>

	<p>pedido da Universal para reabrir templos em Porto Alegre. disponibilizada em 01.05.2020</p>	<p>Universal do Reino de Deus, que busca o restabelecimento de suas atividades na cidade de Porto Alegre.</p>
	<p>Notícia - Se houve redução de salário, parcelas de consignado também devem diminuir. disponibilizada em 01.05.2020</p>	<p>Como as prestações de crédito consignado não podem ter valor superior a 30% do salário do tomador, a 22ª Vara Cível de Brasília determinou que o Banco Santander respeite esse percentual nas mensalidades do empréstimo de um cliente que teve redução de 25% do salário por causa da epidemia do coronavírus.</p>
	<p>Notícia - TJ-MG determina reabertura de comércio da cidade de Teófilo Otoni. disponibilizada em .2020</p>	<p>O desembargador Luis Carlos Gambogi, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, reconheceu a validade do decreto municipal que permitia a abertura do comércio em Teófilo Otoni (MG).</p> <p>A decisão reformou a medida determinada pelo juízo da 2ª Vara Cível da Comarca do município, que proferiu decisão concedendo tutela de urgência determinando a suspensão dos efeitos do decreto municipal e o consequente fechamento do comércio no prazo de 24h.</p>
Migalhas	<p>Notícia - Paciente com covid-19 não consegue ordem judicial para ser encaminhado para UTI. disponibilizada em 04.05.2020</p>	<p>O juiz Federal substituto Henrique Jorge Dantas da Cruz, da 1ª vara Federal Cível da SJPA do TRF da 1ª região, negou pedido de urgência para que paciente com sintomas graves de covid-19 fosse transferido para UTI. Segundo o magistrado, não seria justo passar o autor na frente de outros pacientes na fila de espera, uma vez que pessoas que se encontram classificadas no mesmo grau de risco seriam prejudicadas.</p>
	<p>Notícia - TJ/PR restabelece o</p>	<p>O desembargador Luiz Mateus de Lima, da 5ª câmara Cível do TJ/PR, restabeleceu o toque de recolher em Maringá. A determinação foi pautada no decreto</p>

	<p>toque de recolher em Maringá. disponibilizada em 04.05.2020</p>	<p>municipal 464/20. Na liminar, o desembargador ponderou que “o direito coletivo à vida e à saúde (...) deve prevalecer em detrimento do direito individual de ir e vir, mesmo porque a restrição determinada pelo ‘toque de recolher’ é parcial e temporária”.</p>
	<p>Notícia - Psicóloga demitida por faltar ao trabalho para tratar filho com covid-19 será reintegrada. disponibilizada em 03.05.2020</p>	<p>O desembargador Luiz Fernando Boller, da 1ª câmara de Direito do TJ/SC, em decisão monocrática, concedeu liminar em mandado de segurança impetrado por uma psicóloga para tornar nula portaria que determinou sua demissão do cargo que ocupava no corpo técnico de hospital na cidade de Lages/SC.</p>
	<p>Notícia - Propostas querem facilitar acesso virtual de familiares a pacientes internados com covid-19. disponibilizada em 02.05.2020</p>	<p>Propostas em tramitação na Câmara dos Deputados pretendem assegurar aos familiares o acesso aos pacientes internados em hospitais públicos e privados em decorrência de covid-19. Entre as previsões, estão a possibilidade de familiares terem acesso a internados por meio de vídeo chamadas ou receberem mensagens por meio eletrônico.</p>
PLANALTO	<p>Portaria nº 204, de 29.4.2020, publicada no DOU de 29.4.2020 - Edição extra.</p>	<p>Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, por via terrestre, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.</p>
	<p>Medida Provisória nº 960, de 30.4.2020, publicada no DOU de</p>	<p>Prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de drawback, que tenham sido prorrogados por um ano pela autoridade fiscal e tenham termo em 2020.</p>

	04.05.2020 - Edição extra.	
INSS	Notícias - Com prorrogação do fechamento das agências, agendamentos para perícias serão atendidos remotamente , publicada em 30.04.2020.	<p>Segurados devem enviar o atestado médico pelo Meu INSS.</p> <p>O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) informa que a realização de perícias médicas de forma presencial continua suspensa até o dia 22 de maio, em razão do decreto de estado emergencial de saúde devido à pandemia do coronavírus.</p> <p>Os segurados que conseguiram realizar agendamento para realizar perícias médicas nas agências devem desconsiderar a marcação, tendo em vista a publicação da Portaria Conjunta nº 13, no Diário Oficial da União, que prorroga o atendimento remoto nas agências do INSS até o dia 22 de maio. A análise dos requerimentos de benefícios continua a ser feita de forma normal, com base nos atestados enviados através do Meu INSS, site e aplicativo.</p>
ANAMATRA	Notícias - Desemprego e invisibilidade: desafios em tempos de pandemia , publicada em 01.05.2020.	<p>No Dia do Trabalhador, Anamatra aponta risco de judicialização dos conflitos por falta de diálogo prévio</p> <p>Um 1º de maio de incertezas, agravadas por um cenário de pandemia que traz à tona o pesadelo do desemprego. A taxa de desemprego no Brasil subiu para 12,2% no 1º trimestre, atingindo 12,9 milhões de pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado representa uma alta de 1,3 ponto percentual (p.p) na comparação com o último trimestre de 2019 (11%). O número de pessoas na fila por um emprego aumentou em 1,2 milhão em 3 meses, em meio aos primeiros impactos da pandemia na atividade econômica e no mercado de trabalho.</p> <p>O governo recebeu 804 mil pedidos de seguro-desemprego nesse período. E estima que cerca de mais 200 mil trabalhadores também perderam o emprego e ainda não solicitaram o seguro-desemprego, uma vez que as agências de trabalho de todo o país estão fechadas por conta do risco de contágio de Covid-19.</p>
CSJT	Notícias - 1º de maio: o trabalho em tempos de pandemia , publicada em 1º.05.2020.	Artigo da presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ministra Maria Cristina Peduzzi, em homenagem ao Dia do Trabalho.

	<p>Notícias - Mais de 10 milhões de trabalhadores sofreram acidentes de trabalho no Brasil entre 2002 e 2018, publicada em 30.04.2020.</p>	<p>Hoje se encerra abril, mês dedicado às ações do Abril Verde, que visa conscientizar acerca da necessidade de prevenção de acidentes de trabalho. Entre 2002 e 2018, 10.381.877 trabalhadores sofreram algum tipo de acidente de trabalho no Brasil. Os dados, coletados e reunidos pelo Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, levaram em conta apenas os empregados formais (com carteira assinada) e cujos acidentes foram registrados a partir da emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).</p> <p>Em 2018, o número de acidentes de trabalho somou 623.786 em todos os estados brasileiros mais o Distrito Federal. O número é 11,92% maior do que o registrado em 2017, quando ocorreram 549.405 acidentes de trabalho no País</p>
TRT 1ª Região	<p>Notícias - Prazos processuais voltam a fluir a partir desta segunda-feira (4/5) no TRT/RJ, publicada em 04.05.2020.</p>	<p>Os prazos judiciais dos processos que tramitam em meio eletrônico voltam a fluir normalmente a partir desta segunda-feira (4/5), no primeiro e no segundo graus de jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ). A disposição está contida no artigo 3º do Ato Conjunto nº 2/2020 (link para outro sítio) do Regional, alterado pelo Ato Conjunto nº 5/2020.</p> <p>Os prazos processuais iniciados serão retomados no estado em que se encontravam no momento da suspensão, sendo restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.</p>
CNMP	<p>Notícias - Prazos processuais do Ministério Público serão retomados a partir de 4 de maio, publicada em 30.04.2020.</p>	<p>A partir de segunda-feira, 4 de maio, os prazos de processos administrativos e de feitos extrajudiciais no Ministério Público serão retomados. Os prazos estavam suspensos até o dia 30 de abril pela Resolução nº 210/2020 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).</p> <p>Além da suspensão dos prazos, a Resolução nº 210/2020 também uniformizou, no âmbito do Ministério Público da União e dos Ministérios Públicos dos Estados, medidas de prevenção à propagação do contágio pelo novo coronavírus e de resguardo à continuidade do serviço público prestado nas unidades e ramos ministeriais no país.</p> <p>Veja aqui a íntegra da Resolução: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolucao-210-2020-uniformizacao-de-providencias-covid.pdf</p>
MPT	<p>Notícias - Dia do Trabalhador:</p>	<p>O Ministério Público do Trabalho (MPT) vem atuando em diversas frentes para reduzir os impactos da disseminação do novo coronavírus (Covid-19) entre os</p>

	Conheça as ações adotadas pelo MPT durante a pandemia da Covid-19 , publicada em 01.05.2020	trabalhadores. Destinação de recursos oriundos de ações civis públicas e termos de ajuste de conduta (TACs), apuração de denúncias de irregularidades trabalhistas, mediações trabalhistas e elaboração de notas técnicas e recomendações para empregadores estão entre as medidas adotadas pela instituição.
MPRJ	Notícias - MPRJ e Defensoria Pública obtêm decisão em agravo interno para o desbloqueio de leitos de UTI para pacientes de Covid-19 , publicada em 01.05.2020	O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 3ª Procuradoria de Justiça de Tutela Coletiva, e a Defensoria Pública do Estado do Rio obtiveram, na quinta-feira (30/05), decisão favorável ao agravo interno com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal no escopo da Ação Civil Pública nº 0081477-42.2020.8.19.0001. A Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) deferiu, em parte, o efeito suspensivo ativo ao recurso, e determinou que o Município e o Estado do Rio de Janeiro desbloqueiem, no prazo máximo de cinco dias, todos os leitos de UTI/SRAG sediados no território da cidade do Rio de Janeiro e previstos no Plano Estadual de Contingência - à exceção daqueles destinados aos Hospitais de Campanha (com inauguração prevista para o dia 30 de abril de 2020) -, estruturando-os com todos os recursos materiais e humanos necessários ao seu pleno e imediato funcionamento, sob pena de responsabilização pessoal. Município e estado devem comprovar, de modo documental, no prazo de dez dias, o cumprimento da decisão, demonstrando de forma clara a liberação dos leitos anteriormente impedidos.
	Notícias - MPRJ e Defensoria ajuízam ação para que o Estado ofereça os mesmos serviços educacionais da rede pública a adolescentes em unidades de internação , publicada em 30.04.2020	O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital, e a Defensoria Pública do Estado do Rio, por meio da Coordenação de Infância e Juventude e da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, ajuizaram ação civil pública para que o Estado do Rio garanta a adolescentes e jovens em unidades de internação do sistema socioeducativo, no prazo máximo de 72 horas, a oferta dos mesmos serviços educacionais oferecidos aos alunos da rede estadual de ensino, durante a pandemia do novo coronavírus (COVID-19). De acordo com o documento, com o advento da pandemia, a Secretaria de Estado de Educação suspendeu os serviços educacionais prestados nas unidades de internação.
STF	Notícia - Ministro	O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve a validade de decreto

	<p>mantém decisão que impede venda de diárias em Paraty (RJ) por plataformas digitais, disponibilizada em 02.05.2020</p>	<p>municipal de Paraty (RJ) que determina o bloqueio de vagas disponíveis de hospedagem em plataformas de venda online. O ministro acolheu pedido do município e aplicou o entendimento firmado pelo STF no sentido de que estados, Distrito Federal e municípios possuem competência, juntamente com a União, para a tomada de providências relativas ao combate à pandemia do novo coronavírus. A suspensão de reservas online foi adotada para evitar entradas e saídas constantes de pessoas na cidade histórica, aumentando o risco de contaminação de habitantes e turistas, e de colapso do sistema de saúde local.</p>
	<p>RESOLUÇÃO Nº 677, DE 29 DE ABRIL DE 2020</p>	<p>Estabelece medidas de médio prazo para gestão das atividades do Tribunal.</p> <p>“O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, assinou, no dia 29, resolução que institui modelo diferenciado de gestão de atividades dos servidores da Corte, a ser adotado a partir de 1º de junho até 31 de janeiro de 2021, em fase de experiência. Embora a medida tenha repercutido como uma prorrogação do trabalho remoto em razão da Covid-19, os objetivos da resolução são mais abrangentes e com resultados mais impactantes na Administração do Tribunal.”</p>
	<p>Notícia - Suspenso julgamento de MPs que regulamentam competência para impor restrições durante pandemia, disponibilizada em 30.04.2020</p>	<p>Pedido de vista do ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu, nesta quinta-feira (30), o julgamento do pedido de medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6343, ajuizada contra dispositivos das Medidas Provisórias 926 e 927 que tratam da competência dos estados, dos municípios e da União para restringir transporte intermunicipal e interestadual durante o estado de emergência decorrente da pandemia do novo coronavírus.</p>
STJ	<p>Notícia - Por videoconferência, STJ retoma sessões a partir desta terça-feira (5): prazos voltaram a correr, disponibilizada</p>	<p>O Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai retomar nesta terça-feira (5) a realização das sessões ordinárias de julgamento. Por videoconferência, as seis turmas do tribunal se reunirão a partir das 14h. Os prazos processuais, que estavam suspensos em decorrência das medidas de prevenção da Covid-19, voltaram a correr nesta segunda-feira (4). As sessões serão transmitidas pelo canal do tribunal no YouTube. Na última terça-feira (28), a Terceira Turma já havia feito uma sessão extraordinária – o primeiro julgamento colegiado desde o início das medidas de isolamento</p>

	o em 04.05.2020	social, e também o primeiro por videoconferência na história da corte.
Prefeitura do Rio de Janeiro	RESOLUÇÃO Nº 3279 DE 29 DE ABRIL DE 2020, publicada no D.O em 04.05.2020	Dispõe sobre prorrogação do período previsto na Resolução SMTR Nº 3.272 de 30 de abril de 2020. "Art. 1º - Prorroga-se o prazo previsto na Resolução SMTR Nº 3.272, de 17 de abril de 2020, que trata do fechamento dos postos de atendimento da Secretaria Municipal de Transportes, até que cessem as medidas de isolamento previstas no Decreto Rio nº 47.355, de 8 de abril de 2020."
	RESOLUÇÃO Nº 3281 DE 30 DE ABRIL DE 2020, publicada no D.O em 04.05.2020	Fica estabelecido que, para fins da Resolução SMTR nº 3.276, de 28 de abril de 2020, o termo FRETE engloba o TRANSPORTE TURÍSTICO.
	<u>RESOLUÇÃO SMIHC Nº 09 DE 28 DE ABRIL DE 2020.</u> , publicada no D.O em 04.05.2020	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos serviços funerários e cemiteriais para os óbitos da Cidade do Rio de Janeiro e a recomendação quanto aos atos de despedida enquanto perdurar a pandemia de covid-19.

Aviso legal - Este trabalho não reflete a nossa opinião. Foi desenvolvido para fins de informação e compartilhamento com a equipe interna.

Está sendo disponibilizado ao público em geral, igualmente com propósito informativo, inexistindo qualquer responsabilidade sobre o conteúdo - coletado na rede mundial de computadores -, assim como ao uso que será dado ao mesmo.

Cristiano de Loureiro Faria Mori

Danielle Dutra Soares

Luciana de Abreu Miranda

Advogados

Malka Y Negri Advogados